

TERMO DE REFERÊNCIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE

LOCAL: TRAVESSA CRESCENSO COCCA, VILA NERY, SÃO CARLOS-SP.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 22°00'45.00"S 47°52'13.33"O.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Consiste na contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para a execução da construção de um passeio público acessível na Travessa Crescenso Cocca, no bairro Vila Nery, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra e todos os serviços necessários para a execução da obra.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os desníveis no passeio público da referida travessa, não permitem que os pedestres possam transitar através deles, obrigando-os a usar o leito carroçável. Essa condição coloca as pessoas em risco de atropelamento e de serem arrastadas em dias de chuva. Quanto às pessoas com deficiência, a situação é ainda pior devido a sua vulnerabilidade. Portanto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a construção de um passeio público acessível seguindo a concepção técnica definida pelo então Secretário Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), Prof. Doutor Antônio Clóvis Pinto Ferraz, anexa ao Processo Administrativo Judicial nº 21931/2015.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa de engenharia para a execução de obra de construção de um passeio público acessível no trecho em declive da Travessa Crescenso Cocca, Vila Nery, no município de São Carlos - SP.

A obra visa separar uma faixa do passeio público e nela realizar uma calçada num desnível 7 cm acima do leito carroçável, acompanhando o perfil do mesmo e assim criando um caminho sem desníveis, permitindo a acessibilidade e garantindo a segurança dos usuários.

4. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES

Requisitos qualitativos

Para participação no certame, as empresas interessadas deverão apresentar, para efeito de comprovação de sua qualificação técnica, a documentação especificada a seguir:

- Registro ou inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Profissional Competente;
- Comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional(ais) competente(s) detentor(es) de atestado(s) e certidão(ões) de responsabilidade técnica de elaboração dos seguintes serviços:
 - **Execução de construção de PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO.**
- A(s) certidão(ões) e atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter o nome do contratado e do contratante, a identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço), a localização do serviço e a descrição dos serviços executados;

Requisitos quantitativos

- Somente serão aceitos atestado(s) e certidão(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo Conselho Profissional competente, da região onde foram executados os serviços:
 - a) Em nome da empresa, devidamente registrado no referido Conselho, conforme súmula 24 do TCE-SP, que comprove o desempenho técnico-operacional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, correspondente a 50% das quantidades totais, sendo as parcelas de maior relevância:
 - Execução de construção de piso de concreto moldado in loco, usinado, 20MPa, espessura 8 cm, armado, com juntas de dilatação, acabamento convencional, tipo passeio (calçada), com área mínima de 125,00 m²;
 - b) Em nome de profissional pertencente ao quadro da empresa, devidamente acervado no referido Conselho, conforme súmula 23 do TCE-SP que comprove o desempenho técnico-profissional em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, sendo considerada parcela de maior relevância para este item a execução de construção de piso de concreto moldado in loco, usinado, 20MPa, espessura 8 cm, armado, com juntas de dilatação, acabamento convencional, tipo passeio (calçada).

Especificações e quantidades

Foi estimado a quantidade de serviços conforme o projeto básico, apresentado na planilha resumo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	UN	1,00
2	DRENAGEM	UN	1,00
3	PISO	UN	1,00
4	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	UN	1,00
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	UN	1,00

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de execução da obra é de 30 (trinta) dias, com vigência de contrato de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura de Ordem de Serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Obrigações da contratante

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na Proposta, para fins de aceitação;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído (quando for o caso), reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços medidos, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência ou no Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da contratada

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua Proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Efetuar a entrega da obra em perfeitas condições, conforme especificações e prazos constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços executados de forma incorreta;
- Manter contato frequente com a equipe de fiscalização do contrato, dirimindo dúvidas e mantendo informado a respeito do andamento dos serviços que estão sendo realizados;
- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fiscalização

- Os serviços e obras deverão ser executados de acordo com as especificações que se seguem, dentro das normas vigentes e obedecendo aos detalhes fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS / SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DA CIDADE E INFRAESTRUTURA - PMSC/SMGCI, doravante denominada Contratante;
- Os serviços e obras serão fiscalizados por técnicos pertencentes à Prefeitura Municipal de São Carlos, que serão doravante denominados como Fiscalização;
- Os serviços e obras serão conduzidos por pessoal pertencente à empresa Proponente vencedora da licitação, que será doravante denominada Contratada;
- Fica entendido que o projeto, as especificações e toda a documentação da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;
- A PMSC/SMGCI exige que a Proponente faça uma visita técnica e o reconhecimento geral do local onde se desenvolverão os trabalhos, a fim de colher dados relativos às peculiaridades desta obra, tais como localização e acesso ao canteiro de obras, locais a serem demolidos e medidas de isolamento e proteção;
- Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de primeira qualidade, obedecer às especificações da ABNT, do projeto e serem aprovados pela Fiscalização antes de sua utilização;

- Toda madeira utilizada na obra deverá ser adquirida de empresa cadastrada e validada no CADMADEIRA – Cadastro dos Comerciantes de Madeira Nativa do Estado de São Paulo, com nota fiscal atestando a compra;
- A Contratada será obrigada a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais, da execução das obras e dos serviços contratados, facultando à Fiscalização, a qualquer hora, o acesso a todas as partes das obras Contratadas. Obriga-se também a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependência onde se encontrem materiais destinados à construção, serviços ou obras em preparo, mesmo que de propriedade de terceiros;
- A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir o exame do ensaio de laboratório de qualquer material que se apresente duvidoso, bem como poderá ser exigido um certificado de origem e qualidade, correndo sempre as despesas por conta da Contratada;
- A Contratada obriga-se a retirar da obra qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação;
- A mão de obra a se empregar para a execução da obra será sempre de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com o projeto;
- A Contratada obriga-se a iniciar qualquer demolição exigida pela Fiscalização dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da exigência, correndo por sua exclusiva conta as despesas decorrentes das referidas demolições e reexecução dos trabalhos, sem que isto implique em um aumento de prazo de execução;
- A PMSC/SMGCI se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer alterações no projeto que impliquem na redução ou aumento do volume de serviços, baseando-se, para tanto, na relação dos preços unitários básicos e em quantidade levantadas pela Fiscalização nos limites estabelecidos pela Lei 14.133/2021;
- As exigências e a função da fiscalização não eximem a Contratada das responsabilidades assumidas na execução de obra;
- A Contratada deverá manter na obra, pelo menos 01 (um) engenheiro, dando assistência diária ao seu pessoal durante a execução da mesma;
- O engenheiro preposto será o responsável pela execução e deverá ser mantido na obra, tendo autoridade para atuar em nome da Contratada e recebendo as instruções e decisões da Fiscalização;
- O engenheiro preposto não poderá ser substituído, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado. Este fato deverá ser comunicado com devida antecedência

enviando-se o currículo do novo engenheiro responsável à PMSC/SMGCI, a qual poderá aceitar a mudança ou não;

- A Contratada deverá fornecer, a pedido da Fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução das obras, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma;
- Para as obras e serviços que forem ajustados, caberá à Contratada fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado, e a contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, encarregados e engenheiros que possa assegurar o progresso satisfatório às obras;
- À Contratada caberá a responsabilidade das instalações provisórias dentro do canteiro de obras;
- O fornecimento de todos os materiais, ferramental, equipamentos e mão de obra expressamente referidos nas instruções de concorrência e/ou neste Termo de Referência deverão ser fornecidos pela Contratada;
- A PMSC/SMGCI se reserva o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços, mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados, e a aquisição por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local da obra e a ela destinados;
- A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar à PMSC/SMGCI ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a PMSC/SMGCI de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- Fica entendido que a simples ocorrência de chuvas não justifica a prorrogação do prazo, salvo quando se tratar de temporais ou períodos excepcionais de chuvas plenamente reconhecidos e justificados pela Fiscalização da obra;
- A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos serviços será da Contratada. Consequentemente, ela não poderá solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento na conclusão dos serviços, em decorrência de fornecimento deficiente de materiais;
- Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade por: acidentes de trabalho, de execução das obras e de serviços contratados; uso indevido de patentes registradas; e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação

da obra em construção, até a definitiva aceitação da mesma pela PMSC/SMGCI, bem como pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública;

- A PMSC/SMGCI não se responsabilizará por qualquer pertence da Contratada, colocado nos próprios canteiros onde deverá executar os serviços;
- A apresentação de uma proposta na licitação é considerada como evidência de que a concorrente examinou completamente todos os projetos, especificações, materiais cedidos pela PMSC/SMGCI e documentação deste memorial, que as comparou todas as informações entre si e que obteve da PMSC/SMGCI, através de formalização encaminhada à Comissão Permanente de Licitações, informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar sua proposta;
- O ato de apresentar uma proposta significará também que a proponente considerou a documentação da licitação suficiente para preparar uma proposta de forma totalmente satisfatória;
- O orçamento deverá ser fornecido de acordo com os itens constantes do modelo apresentado, devendo a Proponente colocar seus preços unitários, totais e valor global da proposta, bem como indicar a composição do BDI;
- Os quantitativos e preços unitários deverão ser arredondados com, no máximo, duas casas decimais. Os preços unitários da planilha proposta não deverão ser superiores aos apresentados na planilha de orçamento básico, e que a composição do BDI deve atender aos limites apresentados neste Termo de Referência;
- A Contratada deverá atender, por sua conta, as obrigações relacionadas com as leis trabalhistas e sociais, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, bem como, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais. Os comprovantes serão apresentados à Fiscalização quando exigidos;
- Salvo menção em contrário, devidamente explicitada, todos os preços unitários e/ou globais incluem, em sua composição, os custos relativos à:
 - Materiais: fornecimento, carga, transporte, descarga, estocagem, manuseio e guarda de materiais;
 - Mão de obra: funcionários da Contratada ou de subcontratadas previamente autorizadas pela Contratante, seu transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança e proteção

pessoal;

- Veículos e equipamentos: disponibilização, operação e manutenção de todos os veículos e equipamentos de sua propriedade ou locados, necessários à execução das obras;
- Ferramentas, aparelhos e instrumentos: disponibilização, operação e manutenção das ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade ou locados, e necessários à execução das obras;
- Materiais de consumo: combustíveis, graxas, lubrificantes e demais materiais de uso geral;
- Água e energia elétrica: fornecimento, instalação, operação e manutenção dos sistemas de distribuição, tanto para canteiro como para a execução das obras;
- Segurança e vigilância: fornecimento, instalação, operação e manutenção dos equipamentos contrafogo e todos os demais destinados à prevenção de acidentes, assim como de pessoal habilitado à vigilância das obras;
- Ônus diretos e indiretos: encargos sociais e administrativos, impostos, taxas, amortizações, seguros, juros, lucros e riscos, horas improdutivas de mão de obra e de equipamentos e quaisquer outros encargos relativos ao BDI – índice dos Benefícios e Despesas Indiretas;
- Abaixo os limites dos componentes do BDI, observando que a soma dos índices dos componentes, não poderá ultrapassar o total de **28,35%**

Composição analítica do BDI – valores limites de Índices

Item Componente	Mínimo (%)	Médio (%)	Máximo (%)
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (Impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos: ISSQN	Conforme legislação específica		
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0% Não desonerado ou 4,5% Desonerado		

O IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social s/ Lucro Líquido) não devem ser considerados como TRIBUTOS na composição do BDI.

- A Fiscalização considerará a obra como entregue quando todos os serviços estiverem devidamente concluídos e aceitos pela mesma, livres de quaisquer encargos previdenciários, encargos sobre prestação de serviços e demais emolumentos prescritos por lei;
- A boa qualidade e perfeita eficiência dos materiais, trabalhos e instalações a cargo da Contratada - condição prévia e indispensável ao recebimento dos serviços – serão, sempre que necessário, submetidos a verificações, ensaios e provas para tal fim aconselháveis;
- A Contratada deverá providenciar e manter em bom estado a sinalização de obra conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro, previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana;
- A Fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas, pela Contratada, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra;
- A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros;
- Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do Contrato ou do Projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT;
- A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes;
- A Contratada deverá estar sempre em condições de atender à Fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre a programação e o andamento da obra, a peculiaridade dos diversos trabalhos e tudo o mais que a Fiscalização julgar necessário;
- A Contratada será obrigada a afastar do serviço e do canteiro de trabalho todo e qualquer elemento que, por conduta, pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra ou a ordem do canteiro;
- A Contratada não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela PMSC, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra;
- As medições e o controle tecnológico dos materiais e serviços relativos à obra contratada,

em especial o controle dos materiais, controle de pavimentos, controle de concreto e serviços de terraplenagem, ficarão a cargo da Contratada, podendo ser verificados pela Contratante através de empresa(s) especializada(s), subcontratada(s) pela PMSC, a qualquer tempo;

- A subcontratação e/ou terceirização de serviços por parte da Contratada deverá ter a sua necessidade tecnicamente justificada e submetida à prévia aprovação e autorização por parte da Contratante;
- As quantidades apresentadas nas planilhas de orçamento anexas deverão ser respeitadas, não podendo a proponente efetuar qualquer alteração, devendo somente preencher os preços unitários e a composição do BDI, resultando num preço total global irredutível, não podendo a Contratada, após a adjudicação e contratação, pleitear aditamentos em função de eventuais quantitativos com valores diferentes dos reais.

Segurança e sinalização

- Aspectos Gerais:
 - Deverá ser observada a legislação sobre “Segurança e Higiene do Trabalho”, bem como as normas e instruções de segurança;
 - Deverão ser consideradas todas as obrigações da Contratada quanto à segurança, saúde, conforto e meio ambiente, devendo ser atendida todas as especificações apresentadas pela NR 18, NR 24, NR 34, entre outras;
 - Deverão ser protegidas todas as propriedades públicas e privadas, contra quaisquer danos oriundos dos serviços.
- Não deverá ser interrompido o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública, sem a expressa autorização do órgão competente. Para tal, deverão ser empenhados todos os esforços e meios possíveis à manutenção da plena integridade das instalações relacionadas a tais serviços;
- Os danos causados às propriedades privadas e às de utilidade pública na execução das obras, deverão ser reparados no menor prazo possível;
- Durante a execução das obras deverá ser dada a necessária atenção aos riscos de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros. Com este fim, deverão ser obedecidas as exigências do Código Nacional de Trânsito e das normas locais porventura existentes, podendo ainda o órgão competente determinar o isolamento do local de trabalho por meio de tapumes resistentes, de modo a evitar a queda de pessoal ou veículos nas valas abertas;
- Deverá ser considerado nos custos da planilha orçamentária, caso não especificado na

mesma e quando se fizer necessário, a colocação no local da obra de sinalização de trânsito adequada de acordo com as especificações do Departamento de Trânsito da Secretaria Municipal Segurança Pública e Mobilidade Urbana ou seguindo os padrões utilizados pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, ou pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação referente à construção de passeio público com acessibilidade na Travessa Crescenso Cocca, Vila Nery, deve ser enquadrada como obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por envolver intervenção no espaço físico existente, mediante execução de conjunto de atividades que resultam na implantação de infraestrutura urbana destinada à melhoria das condições de acessibilidade e segurança dos usuários.

O objeto contempla diferentes etapas executivas, como serviços preliminares, drenagem, execução de piso em concreto, sinalização viária e serviços complementares, todas usuais em obras de infraestrutura urbana, com métodos executivos consolidados, especificações objetivamente definíveis, composições de custos referenciais, critérios de medição e padrões de desempenho e qualidade amplamente conhecidos e padronizáveis. Ademais, não se identificam elementos de alta heterogeneidade, complexidade excepcional, tecnologia restrita, metodologia executiva singular ou solução técnica inédita que justifiquem tratamento como objeto especial de engenharia, mantendo-se o enquadramento como obra de engenharia de baixa complexidade.

Diante do exposto, a modalidade sugerida é a Concorrência Pública Eletrônica, do tipo menor preço global, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 872, de 19 de dezembro de 2024, e pelas demais disposições legais aplicáveis.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Caberá à Contratada realizar medições mensais dos serviços concluídos, as quais deverão ser previamente analisadas e aprovadas pela equipe de fiscalização.

O valor dos serviços realizados pela Contratada deverá ser apresentado em formato de Planilha, com itens detalhados de acordo com a sequência lógica de realização das atividades, em cada medição.

A soma dos itens deve totalizar um valor global e irrevogável para a medição.

O pagamento à Contratada será efetuado após o ateste da planilha de medição.

Os trabalhos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na Proposta.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada

pelos prejuízos resultantes da incorreta ou incompleta execução do contrato.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a definição do valor estimado da presente contratação, foram adotadas as diretrizes estabelecidas no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre os procedimentos para a pesquisa e estimativa de preços na fase de planejamento da contratação.

O valor de contratação foi obtido através da multiplicação das quantidades pelos custos unitários obtidos em tabelas de referências oficiais (SINAPI-SP, CDHU, FDE, SIURB) e acrescido do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas.

Assim, o valor obtido, servindo de base para a etapa seguinte de planejamento e instrução do processo licitatório, é apresentado conforme a tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	PREÇO TOTAL C/ BDI
SERVIÇOS PRELIMINARES	UN	1,00	20.184,19
DRENAGEM	UN	1,00	14.657,27
PISO	UN	1,00	34.197,88
SINALIZAÇÃO VIÁRIA	UN	1,00	3.266,52
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	UN	1,00	15.285,20
TOTAL:			87.591,06

10. GARANTIAS

Em face do risco operacional e financeiro à Administração, inerente à execução de obras, e com base na faculdade disposta no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, esta Secretaria decide exigir a prestação de garantia.

A garantia atuará como mecanismo de segurança complementar para assegurar o fiel cumprimento das obrigações, além dos instrumentos ordinários de fiscalização e pagamento.

De acordo com o parágrafo 1 do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o Contratado terá a opção de apresentar a garantia em uma das modalidades legais (caução em dinheiro/títulos, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação está devidamente alinhada com o planejamento estratégico do Município e com os objetivos da Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura, através da Função 15 do Programa 2060 - Execução e/ou Requalificação de Obras Urbanas e de Edificações.

Composição:-

- fonte 01 = recursos próprios

dotação: 15.451.2060.2095.4.4.9051.1.110000

mais

- fonte 3 = Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano

dotação: 15.451.2060.2095.4.4.9051.3.110000.

12. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A fiscalização da execução contratual será conduzida pela Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura (SMGCI), que designará formalmente um Fiscal de Contrato para o acompanhamento dos trabalhos, após a homologação do certame.

O Fiscal será o responsável por supervisionar a correta execução dos serviços em cada etapa.

A supervisão técnica será realizada de forma colaborativa e contínua, com a participação simultânea de profissionais expressamente indicados pela Contratante e pela Contratada, com o objetivo de identificar e solucionar prontamente quaisquer eventuais intercorrências ou pormenores que possam surgir durante a realização dos serviços.

São Carlos, 05 de maio de 2026.

Marcos José Martinez
Engenheiro Civil - SMGCI